

OS QUARENTA ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAC E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

José Sávio da Costa Maia¹
Francisco Afonso Nepomuceno²

Em 2019 o curso de História da Universidade Federal do Acre completa quarenta anos de existência e, na perspectiva de registrar essa importante data, nos propusemos a relatar algumas memórias das diversas vivências e construções de seu corpo discente ao longo desses anos, especialmente os que militaram nos movimentos estudantis e que ajudaram a construir uma referência marcante, tanto no interior da instituição, quanto da sociedade acreana.

Ao fazê-lo, optamos pela ideia de um ensaio, no intuito de estimular outros trabalhos e outras visões sobre o tema, pois para nós está claro que, trabalhar com memórias e relatos de um período tão extenso implica em seleção de temas, atores/atrizes, narrativas, por isso, a certeza de que as ausências, as lacunas e as metodologias poderão ser objeto de outros trabalhos.

Em 1979, quando foi criado o curso de História da Universidade Federal do Acre, o Brasil iniciava sua difícil travessia de um regime político, caracterizado por uma ditadura civil-militar que se traduzia de forma direta pela repressão em nível nacional e pela subordinação em suas relações externas, para um regime que obedeceria uma constituição promulgada nos moldes republicanos, e não uma outorgada, como é prática dos modelos autoritários.

Criar um curso de História nesse período, numa universidade distante do que se considerava o centro do Brasil, se assemelhava a uma disruptura, quando pensado do ponto de vista do que o curso representa hoje, mas aplicado ao período e o que se pensava que deveria ser a História, não é tão inusitado. Para os burocratas do MEC e os militares no poder, a História ainda era uma necessidade, especialmente se ela reforçasse os ideais expressados em parâmetros de disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), tão cultuadas por alguns “lentes” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que pensavam a História como uma ciência neutra e determinada pelo documento escrito, onde os “grandes homens” tinham seus papéis garantidos.

Por outro lado, no campo da História propriamente dito, o debate se dava em termos mais diversos, José D’Assunção Barros escreveu:

¹ É doutor em História pela UFRGS e professor no CFCH/UFAC.

² É mestre em História pela UFPE e professor no CFCH/UFAC.

1979 havia sido um ano primordial para as nascentes reflexões sobre o pós-modernismo e outras radicais críticas à racionalidade contemporânea. Daquele ano podemos citar o próprio texto de Lyotard sobre a *Condição Pós-Moderna*, mas também a publicação de uma importante conferência de Michel Foucault intitulada *A verdade e as formas jurídicas*, o polêmico artigo de Lawrence Stone sobre “*O retorno da narrativa*” e o lançamento do instigante livro *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Davis, com um igualmente notável Prefácio do historiador italiano Carlo Ginsburg denominado “provas e possibilidades”, no qual são encaminhadas algumas críticas *A meta-história*, de Hayden White (1973). Uma década depois, 1989 logo se transformaria em um importante ano de balanços, referenciando esta polêmica sobre pós-modernidade que fora tão intensa nos anos de 1980. São deste ano não apenas o balanço de Ankersmit, do qual aqui trataremos, como também outro polêmico artigo de David Harlan, que teceu para a *American History Review* inquietantes considerações sobre os abalos provocados na História por aquilo que se chamou de “Retorno da Literatura” (1989). (BARROS, 2018, p. 24).

As orientações do poder indicavam essa trajetória, mas os caminantes não estavam dispostos a andar pelos caminhos já traçados. Como o tempo era de mudanças os/as estudantes de História não deixaram por menos, com variações próprias das subjetividades, se entenderam e se colocaram como protagonistas e foram traçando novos rumos. O Curso de História é hoje o resultado dessas disputas: disputas de projetos, de concepções sobre a História, como também, do fazer-se do/a historiador/a no seu campo de atuação.

No Acre do início dos anos oitenta, a conjuntura para um estudante de História era desafiadora em todos os sentidos. O autoritarismo do regime se expressava não só nos currículos, como também na gestão, com os reitores nomeados e; no Estatuto/Regimento Interno que militarizavam uma instituição que deveria representar um ambiente de liberdade e fazer acadêmico. A presença constante, inclusive em sala de aula, de agentes da repressão contrastava com a intenção deles/as de mudarem as coisas.

A militância de muitos/as estudantes do Curso de História da Universidade Federal do Acre, emerge desse cenário. O autoritarismo de alguns reitores, de alguns professores, de currículos engessados, aliados a um ambiente acadêmico povoado de olheiros, delatores, colaboradores do regime e até torturadores, contrastando com estudantes que queriam “amar e mudar as coisas”. Os grupos de estudos, os grupos de teatro, as reuniões de partidos clandestinos, as correntes do movimento estudantil, as ações das pastorais da juventude e das Comunidades Eclesiais de Base, dentre outras, movimentavam os/as alunos/as para além da sala de aula.

MUDANDO O QUE TINHA SIDO MUDADO

No Brasil, o final dos anos setenta e início dos oitenta foram marcados por greves dos trabalhadores em várias partes do país, mais caracterizadamente as do ABC paulista lideradas por Lula; pelos debates sobre a Lei de Anistia; pelo movimento das Diretas Já; bem como pelas mobilizações em torno da Assembleia Nacional Constituinte; das lutas contra os acordos MEC-USAID, dentre outros acontecimentos que, em nível nacional, influenciaram a vida dos trabalhadores/as, dos/as estudantes, bem como de outras parcelas significativas da sociedade, que passavam a exigir melhores condições de vida.

Aliados a essas questões, tivemos o retorno de muitos exilados políticos, os debates de formação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, a reorganização e a luta pela legalidade de partidos que haviam sido declarados ilegais pela ditadura civil-militar, tais como PDT, PTB, PSB, PCB, PC do B, além da criação de outros, que de alguma forma acabavam com o

bipartidarismo permitido pela ditadura e cunhavam um novo momento na vida político-institucional da República.

O ano de 1979 também coincide com a eclosão de vários movimentos que vinham sendo gestados na resistência e contestação ao regime golpista, no âmbito interno, mas os acontecimentos no mundo e, especialmente, nas Américas Central e do Sul, influenciavam a vida de centenas de milhares de estudantes, que descontentes com a falta de oportunidade para estudar, trabalhar e integrar suas capacidades produtivas a um projeto de sociedade, tinham abraçado as bandeiras revolucionárias e/ou buscavam à sua maneira, condições mais favoráveis para suas perspectivas políticas.

Um pouco antes, mais precisamente na parte final da década de sessenta na Cidade do México, em Paris, Rio de Janeiro, Nova York, Praga dentre outras cidades espalhadas pelo mundo, o ano de 1968, havia sido marcado por lutas estudantis que também se colocavam radicalmente contra os modelos educacionais autoritários e tecnicistas a que estavam submetidos, bem como se posicionavam contra a Guerra do Vietnã, na época um país pobre e desconhecido, que com sua obstinação e resistência, deu inspiração para gerações e gerações de jovens que passaram a se posicionar contra as guerras e defender uma cultura de paz, dentre outras bandeiras de combate aos modelos cerceadores de liberdades. Escrevendo sobre esse período Paulo M. d'Avila Filho (2009), assevera:

No período entre os anos 1960 e 1980, na América Latina, é forjado um conjunto de intelectuais que produziram suas obras à luz de um momento, no qual a utopia humana da construção de um novo mundo, o do socialismo, liberto das amarras opressoras do capitalismo, se apresentava tanto como uma tarefa não somente realizável quanto, muitas vezes imediata. Nesses tempos, o destino da humanidade parecia lhes bater à porta, convidando-os a sonhar e a formular suas ideias pautadas pela paixão advinda da crença na possibilidade de conquistar a vitória da difícil batalha de reconstruir o mundo. Um mundo de liberdade, da participação democrática, e da autoconsciência dos homens, ou indivíduos, de seu papel como agentes na construção dessa tarefa. (d'AVILA FILHO, 2009, p. 08. In. SADER, E. e SANTOS, T. (Coordenadores). América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009).

A virada da década de sessenta para a década de setenta se apresenta, no que se refere a juventude brasileira, como dilacerada pela perda de muitos dos seus membros na luta contra a ditadura, torturados e assassinados por ela. Contrapondo-se a tudo isso, essa geração fez reverberar muito do que ocorrera em outras regiões do ocidente naquele período. O maio de 1968 em Paris que revelou para o mundo o atrevimento da juventude francesa; a queima dos sutis em Atlantic City no mesmo ano num grito que fez ecoar mundo afora o movimento feminista nada obsequioso; o festival de Woodstock simbolizando a contracultura; a emergência do movimento ambientalista na Europa e no nosso continente uma centelha de esperança com o desenrolar da Revolução cubana em meio a um mapa repleto de Ditaduras Militares, completavam os contrastes daqueles anos.

No âmbito local, numa universidade que também estava começando sua trajetória, muitas outras pautas mobilizaram as organizações estudantis, tais como: melhoria do acesso dos transportes coletivos (as lutas contra os aumentos constantes dos valores das passagens, ano após ano, foram importantíssimas não só para os estudantes, mas para os moradores da capital, que se viam encurralados por administrações municipais que não dialogavam com a população e só serviam aos interesses das empresas de ônibus); funcionamento e barateamento do Restaurante Universitário; abolição das diversas taxas que eram cobradas na rotina dos estudantes; construção de moradia estudantil e creches; democratização dos órgãos deliberativos da instituição e; fundamentalmente, ampliação das vagas oferecidas anualmente nos vestibulares.

Em seus anos iniciais a Universidade Federal do Acre ostentava esse nome, mas funcionava exclusivamente na capital, o que impunha aos moradores do interior, quando conseguiam passar no vestibular, seu deslocamento para Rio Branco para poder cursar uma faculdade. Em um tempo em que não havia estradas e os transportes se davam exclusivamente por via aérea³, os preços eram proibitivos para as camadas mais pobres. Agravando essa situação, os moradores dos municípios que venciam a concorrência desigual do vestibular, pois dos municípios que tinham ensino médio, boa parte funcionava com corpo docente, em grande parte, não habilitado para tal, dificilmente tinham como bancar uma moradia na capital, tendo que se submeter a morar com parentes ou pessoas que os acolhessem. Nesse sentido, a luta por moradia estudantil foi uma pauta que mobilizou e continua mobilizando os/as estudantes.

A falência dos modelos desenvolvimentistas, dos governos populistas e das oligarquias latino-americanas que não conseguiam colar seus projetos de governo com os da socialdemocracia europeia, eram percebidos pela juventude que buscava formas de organização que vislumbrassem um roteiro de mudanças. O welfare state, definitivamente não havia atravessado o Oceano Atlântico. No eixo Norte-Sul, a Aliança para o progresso, do governo de John Kennedy, tinha funcionado mais como uma confissão das desigualdades políticas e do subdesenvolvimento econômico, da pobreza endêmica, do que de uma forma das vantagens comparativas que ensejava, além do que ela serviu de chapéu para a famigerada Doutrina de Segurança Nacional, que acionou os golpes militares por quase toda a América Latina, castrando pela violência, os sonhos de liberdade e democracia.

A Revolução cubana, os movimentos de independência na África, os efeitos da Guerra do Vietnã, as lutas guerrilheiras em vários países latino-americanos, a criação do sindicato Solidariedade na Polônia, os protestos estudantis na China, a Perestroika e a Glasnost na Antiga União Soviética, de repente começaram a ser mais visíveis, não só pela expansão das redes de televisão e de seus telejornais, como também de debates que passavam a ser feitos nos ambientes universitários. Todo esse conjunto de acontecimentos passaram a fazer parte do cotidiano de uma pequena parcela da vida universitária acreana.

As universidades se tornaram o campo mais fértil para fazer florescer o pensamento crítico e o movimento de resistência. Gradativamente os cursos de humanas, outrora banidos pela Ditadura, voltaram na década de oitenta, a constar da lista dos vestibulares. Na UFAC, na ausência de Sociologia, antropologia e Filosofia, o curso de História foi o que mais albergou o espírito rebelde de enfrentamento ao establishment personificado no General Figueiredo em Brasília (último general presidente) e do reitor indicado por ele, Áulio Gélio. O que melhor ilustra esta obscura realidade foi a expulsão, em 1981, do professor Rômulo Garcia do curso de história acusado de subversão.

A falta de perspectiva, as decepções com as políticas estatais, as frustrações criadas pelas barreiras que impediam uma ruptura com o sistema excludente aqui alicerçado, levaram muitos dos/as estudantes que ingressaram no curso de História a passarem também a compor as fileiras de partidos clandestinos ou grupos políticos que objetivavam uma mudança de rumo na ordem política, econômica e social existentes. O caminho que mais facilmente se abria para percurso era o ingresso no movimento estudantil.

As universidades são assim, abrem muitas janelas. As janelas no curso de História não eram tão diferentes, também descortinavam “campos de possibilidades”, mas com uma diferença que

3 - Embora o transporte fluvial figure como uma das modalidades importantes de transporte no Estado, isso não se configura para o transporte de pessoas entre suas cidades, pois o Acre é dividido geograficamente por dois grandes vales (Vale do Acre/Purus e Vale do Juruá), que se distinguem na paisagem, com cursos paralelos, o que coloca essas regiões num nível de dificuldade de acesso significativo e sem redes que as conecte.

deve ser registrada: a quantidade de “militantes” que recebiam os calouros com panfletos convocando para “a luta”, distribuição de jornais partidários, correntes políticas que tentavam atrair os/as estudantes para suas fileiras era distinto no curso de História.

Essa miríade de novas siglas, as quais os/as estudantes eram “apresentados/as”, tais como Viração, Caminhando, Libelu e outras, não eram comuns nos meios sociais de uma sociedade tão assimétrica como era a riobranquense da época. Os objetivos dessas correntes era integrar o maior número possível de estudantes nos seus quadros, visando inicia-los nas leituras críticas que os impulsionassem para a tomada de partido, fosse os de orientação marxista-leninista, os trotskistas, os anarquistas, os maoístas, os movimentos ligados à Igreja Católica e à teologia da Libertação, ou os de orientação mais socialdemocrata, ligados ao eurocomunismo, todas queriam formar militantes ou simpatizantes que os respaldassem em suas bandeiras de lutas.

Na sala de aula se desenvolvia uma sofisticada estratégia de atração de novos militantes. A projeção das “lideranças”, através de promoção de debates e das intervenções qualificadas, os embates com professores com viés autoritário, além da perspectiva vanguardista e demonstrações de coragem nas ações realizadas, exerciam um poder de atração ou rejeição que inevitavelmente direcionavam os/as estudantes do curso para se juntarem a um dos diversos grupos que se formavam.

Olhando em retrospectiva, podemos afirmar que a estratégia foi bem sucedida. Desde sua criação o curso de História contribuiu de forma significativa na formação de um conjunto de militantes políticos, dotados de capacidades instrumentais bem aguçadas para novas interpretações dos significados das realidades emolduradas nos nossos espaços local, nacional e mundial.

Foram centenas de estudantes que passaram pelo curso nesse período de quarenta anos. Suas histórias de vida, suas militâncias políticas e suas implicações sociais são, inequivocamente, plurais: dos que abraçaram o campo educacional, partilhando nas salas de aulas dos diversos municípios seus conhecimentos, suas experiências, àqueles e àquelas que desde a vida estudantil, abraçaram para além da sala de aula, outras experiências, destacadamente, aqueles/as que militaram no movimento estudantil, sindical, comunitário e político partidário.

São esses últimos que queremos destacar nesse ensaio. Uma boa medida da importância dos/as estudantes do Curso de História na História recente da Universidade Federal do Acre, do Movimento Estudantil e da política acreana pode ser percebido na quantidade de oriundos do curso que despontaram ao longo desses quarenta anos. No âmbito interno, a participação dos/as estudantes na construção das entidades representativas dos/as estudantes (UNE, DCE, CA'S), é marcante. Em quarenta anos, quase a metade dos presidentes do Diretório Central dos Estudantes saíram dos quadros militantes do Curso de História, mas suas contribuições não se restringiram às lutas estudantis. Nos anos oitenta, noventa e início do século XXI, boa parte dos ativistas que faziam à luta política no Estado do Acre, bem como muitos dirigentes do próprio Estado, eram também oriundos do curso de História.

TRAVESSIAS E RESISTÊNCIAS

Desde o início das atividades escolares da primeira turma de História a Universidade Federal do Acre tomaria outros rumos no sentido da organização do movimento estudantil. Primeiro, Fátima Almeida, aluna da primeira turma aparece presidindo o Diretório Central dos Estudante – DCE, o que representa uma dupla novidade: ser de um curso novo e ser mulher. Depois, veio uma sequência de ativistas nas mais diversas áreas: estudantes envolvidos com teatro, com o movimento estudantil, movimento comunitário, com movimento sindical, com movimento indígena,

com movimento ambiental, com as Comunidades Eclesiais de Base, com as pastorais (Juventude, Terra, Mulher), etc.

Esse grupo forma o que podemos considerar uma primeira geração. Aqui podemos citar Airton Rocha, José Dourado, Carlos Alberto Alves de Souza, Vera Fróes, Josué Fernandes, Maria Luisa Gatto, William Neves, Naylor George, Eldo Malveira, dentre outros/as. Cabe registrar que muitos dessa turma nunca se afastaram da universidade, concluídos os seus cursos, voltaram como docentes e, salvo os que morreram, ainda hoje, permanecem nos quadros da Instituição.

Na segunda geração, as lutas do campo político se aguçaram. As disputas pelas diretorias do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e do Centro Acadêmico Livre de História, tinham que ser articuladas com a criação da Associação dos Professores do Acre (ASPAC); nos contatos com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, especialmente os de Brasiléia e Xapuri, que viviam seus momentos mais agudos, devido os ataques dos fazendeiros e a cumplicidade do Estado e; com as disputas eleitorais que marcaram o início dos anos oitenta. Esse período marca a presença de Marina Silva, Arnóbio (Binho) Marques, Francisco Afonso Nepomuceno (Carioca), Antônio Manuel, Kanaú, Valdomiro Andrade, Fátima Nobre, José Jocilem, Silvio Margarido, Damião Hamilton, Josecilia (Cila) Júlia Feitoza, Marcos Montizuma, Benedita Esteves, Eliete, Gerson Albuquerque, Sávio Maia, Fábio Vaz, Francisco Pereira, Neiva Chemite, Rosana Nascimento, Nádia França, Olin-dina, Nina Zaire, Tânia Saraiva, Alcilene Oliveira, Cleonice Duarte, Eulo, Nazaré Gadelha, Marisa Fontana, Aníbal Diniz, Simoni Àvila, Sérgio Roberto, José Afonso, Ormélia, Manú, Tião Natureza, Jael Paschoal, Wladimir Sena, Jaezer Dantas, dentre outros/as, que em suas “militâncias”, ajudavam a colocar em evidência o sentido da organização dos estudantes e dos trabalhadores como elementos vitais para a compreensão das mudanças que o Acre, o país e o mundo vivenciavam.

Numa terceira geração Márcio Batista, José Uchoa, Domingos José de Almeida Neto, Tácio de Brito, Ermício Sena, Frank Batista, Ednaldo Muniz, Evinaldo de Paula, Hélio Moreira, César Félix, Selma Neves, Valmir Araújo, Jean Mauro, Leandro Araújo, Selma Neves, Mário Evangelista, Euzébio Monte, Teresa Cruz, Wlisses James, Clenildo Cavalcante, José Arimatéia, Mídia Matos, Evandro, Bianca Albuquerque, Marcos Fernando, Elineide Meireles, Eliete Timóteo, Ronimar Matos, Sanderson Moura, Fortunato Martins, Eduardo Carneiro, Arimatéia (Bujari), Daniel Klein formavam o campo da militância nas diferentes lutas que caracterizaram os anos noventa, uma década bem qualificada pelas “caras pintadas” de estudantes que voltavam às ruas e assumiam o protagonismo das mudanças no país⁴.

A segunda década do século XXI não foi muito produtiva para o movimento estudantil do curso de História, o combativo Centro Acadêmico Livre de História – Rômulo Garcia - praticamente foi desativado, e isso refletiu em nossa presença no DCE, que por sua vez, também passou por problemas da mesma monta, chegando a ser fechado por alguns períodos. Nos últimos dois anos o DCE voltou a ter vida orgânica e vem sendo dirigido mais uma vez por um estudante de História (Richard Brillhante). Mas a última década está mais marcada, do ponto de vista da mobilização estudantil, pelas Atléticas do que pelo DCE e Centros Acadêmicos.

Nos anos setenta, oitenta e noventa, no entanto, a organização de Centros Acadêmicos, do próprio DCE e as lutas para manter a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), dos sindicatos urbanos e rurais, além das leituras obrigatórias do curso, ocupavam os dias e noites, ou melhor, partes delas, pois outra parte tinha que ser compartilhada no restaurante O Casarão, no

4 - Nem todos os citados estiveram diretamente envolvidos com os movimentos estudantis, alguns aparecem como referência na docência, por terem concluído seus cursos e voltado, através de concurso públicos, para os quadros docentes da Instituição.

teatro de arena do SESC, no Cantoria, no Caxinawá, no Lei Seca e outros bares e Centros Culturais frequentados por parte desses/as estudantes militantes, sempre ouvindo músicas de cantores/as que os/as inspiravam. Nesse campo podemos citar: Geraldo Vandré, Elomar, Vital Farias, Raul Seixas, Geraldo Azevedo, Martinho da Vila, Nara Leão, Beth Carvalho, Alceu Valença, Elba Ramalho, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, passando por grupos como, Roupas Nova, A Cor do Som, Paralamas do sucesso, RPM, Legião Urbana, Capital Inicial, Barão Vermelho, etc.

Contudo, os anos noventa, marcam também uma transição no âmbito do movimento estudantil. Os grupos que orientavam as disputas políticas dentro da Instituição, foram migrando para outros campos, especialmente, o da política institucional. As disputas dos cargos eletivos na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, e até na Presidência da República, apontaram o foco para fora da universidade.

Essa transição impactará o movimento estudantil dentro da UFAC desde a segunda metade da primeira década do século XXI. Com o foco da militância voltado para “a grande política”, o movimento estudantil, assim como os sindicatos, os movimentos populares e organizações populares passaram por uma fase difícil, tanto porque foram drasticamente afetados pelo combate com o neoliberalismo na década de noventa, como também pela corrosão interna, causada pelo desgaste do aparelhamento do movimento pelos governos de plantão.

Dessa migração das lutas do movimento estudantil para a política institucional podemos registrar que em períodos diferentes da História recente do Acre, nós tivemos um vice prefeito da capital Airton Rocha, que também foi vereador; um governador do Estado (Binho Marques); uma Vereadora, Deputada Estadual, Senadora, depois ministra do Meio Ambiente e por duas vezes candidata à presidência da República (Marina Silva); outro Senador (Anibal Diniz); um suplente de Senador Natal Chaves; um vereador, depois vice-prefeito da capital (Márcio Batista); vereadores no Bujari (Arimatéia e Antônio); vários Secretários de Estado e diretores de Secretarias (Josué Fernandes, Francisco Afonso, Tácio de Brito, Ermício Sena, José Dourado, Evandro Rosas, Sérgio Roberto, Fábio Vaz, dentre outros), que exerciam cargos e mandatos na estrutura estatal, todos saídos da militância estudantil, isso sem citar um grande contingente de outros dirigentes que na mesma época militaram no movimento estudantil, mas que eram de outros cursos e que também se projetaram na cena política do Estado e do país.

A COMPREENSÃO DE UM MUNDO DESIGUAL COMO LEGADO

A militância política abraçada por esses/as jovens em seu tempo, sobreviveu à transição para sua fase adulta. Aquilo que parecia ser uma luta pequena, localizada de combater um reitor autoritário, de lutar contra os constantes aumentos dos valores das tarifas dos transportes coletivos, de lutar por ensino superior gratuito, de lutar pela ampliação de vagas nas universidades públicas, de lutar pela criação de cursos noturnos para que os jovens trabalhadores também tivessem acesso ao ensino superior e, tantas outras, nunca desapareceram de suas mentes, mesmo sabendo, como escreveu Paulo M. d'Avila Filho (2009):

Hoje, o que vem caracterizando o nosso tempo é a incredulidade com relação às narrativas legitimadoras de outrora. A despeito da justeza de propósitos de seus bravos artífices, as experiências socialistas, provenientes da revolução leninista, produziram caminhos problemáticos que levaram ao desgaste da compreensão marxista da experiência humana na história. A deslegitimação se apresenta tanto na versão de um relativismo sem fronteiras quanto na adoção de valores universais anistóricos ou supra-humanos. Substituem-se as determinações puramente econômicas de um materialismo vulgar pela vulgata pseudo-humanista da determinação absoluta da vontade do sujeito. O descrédito generalizado

faz crescer o individualismo e o conformismo com os parâmetros do capitalismo, alvo da crítica de intelectuais e militantes revolucionários de outrora. (d'AVILA FILHO, 2009, p. 08. In. SADER, E. e SANTOS, T. (Coordenadores). América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009).

A construção das utopias dos “projetos populares”, para ensinar seringueiros a ler, ou até mesmo da criação de ONGs, para fomentar o debate ambiental entre as comunidades seringueiras, contra os que queriam uma luta mais radical, abraçando as ideias de uma revolução armada, foram se desdobrando em percepções de que, quando o Estado não chegava, era possível ajudar os mais vulneráveis de outra forma. Esses pressupostos nunca saíram de suas mentes e, mesmo quando as divergências entre as diversas correntes pareciam insanáveis, prevalecia a compreensão geral de que a minoria que havia se assenhorado do poder tanto, em nível nacional, como local, não era representativa, mas sim a verdadeira inimiga.

Essa compreensão da dimensão das lutas, contudo, não chegaram num belo dia do verão amazônico de um ano específico. Levamos mais de dez anos em disputas intestinas entre as diversas correntes do movimento estudantil, sindical e político-partidário, no campo da esquerda, para poder aprender o que Eric Hobsbawm, num artigo escrito para a *New York Review of books* em 1975, já tinha percebido. Vejam como ele comentava o papel das esquerdas na América Latina:

Na história da esquerda latino-americana (com raras exceções, como Cuba e Chile [onde Allende fora eleito em setembro de 1970], ela sempre teve de escolher entre a pureza sectária ineficaz ou tentar tirar o melhor de várias opções ruins: populistas civis ou militares, burguesias nacionais, ou qualquer outra coisa. Trata-se também de uma história em que, com muita frequência, a esquerda lamentou não ter entrado em acordo com esses tipos de governo e movimentos antes que fossem substituídos por algo pior. (HOBSBAWM, 2017, P.20).

Concordando com Hobsbawm sobre as dificuldades de compreensão dos significados das disputas sobre o controle do Estado e, especialmente, da perda de muito tempo fazendo a crítica dramática aos próprios pares e deixando os verdadeiros inimigos (inimigos de classe), sem sofrerem o combate necessário, é certo afirmar que mesmo interagindo com essas renhidas disputas internas sobre as diversas compreensões de mundo que pululavam nas mentes desses jovens e, não negamos em nenhum momento que os debates nem sempre ficavam no campo teórico, pois houve quem desenvolvesse ódio profundo pelo outro/a, isso tudo não impediu o afloramento de uma verve criativa.

Esse grupo de militantes oriundos do movimento estudantil do Curso de História e seus pares de outros cursos na UFAC, ajudaram a construir uma crítica mordaz ao Estado Oligárquico, centralizador e excludente, propondo em substituição um Estado inclusivo e que fosse responsável por políticas públicas, garantidor de direitos e que resolvesse a situação de miséria e desamparo em que estavam imersos grandes contingentes da população acreana, brasileira e, sem esquecer que boa parte desses militantes também peleava por um internacionalismo proletário. O debate sobre o socialismo, por mais tardio que fosse, teve lugar também, nesse ambiente. Mas como apontado acima, a criatividade e a compreensão de outras dimensões do ser humano, mesclaram o socialismo com o ambiente amazônico e a componente ambiental se transformou numa potencial alavanca da mobilização social. O ribeirinho, o seringueiro, o indígena, o pescador, o pequeno produtor, o peão de fazenda, em suma, os povos da floresta, passaram a constar nas análises conjunturais desses militantes, sem esquecer a lavadeira, a empregada doméstica, o cobrador e o motorista de ônibus, os desempregados, os sem terras, os sem escolas dentre outras profissões e categorias que

compunham o conjunto dos trabalhadores urbanos, todos eles ganharam significância nas agendas de mudanças que se pretendia estabelecer.

Das boas práticas políticas que podemos elencar como sendo parte do legado dessas gerações, pontuamos a ideia de unidade popular, a de solidariedade de classe, a florestania como conceito elementar para compreender o espaço relacional campo-cidade, para além de uma percepção santuarista da vertente ambientalista que via o homem, especialmente, o homem pobre que vive nas florestas como um estorvo para a mesma. Nesse mesmo campo, muitos mantiveram as bandeiras da reforma agrária, da educação universalizada, de um sistema de saúde único, de uma seguridade social garantidora para os trabalhadores, idosos, doentes e vulneráveis, como elemento vital da redução das desigualdades sociais.

O sentimento de pertencimento, de comunitário, de coletivo é um legado que não pode esmaecer. Antes, deve ser tratado com zelo, pois ele é que vai nos fazer não ver os outros como objetos, como estranhos, como indesejáveis, como redundantes. José D’Assunção Barros (2018), escrevendo sobre a relação entre sujeito e objeto na História, diz que nenhum Historiador ao praticar seu ofício sai o mesmo, indubitavelmente sai transformado. Seu pensamento é que:

Incorporando essa perspectiva complexa em torno de Sujeito que produz a História-Conhecimento – um sujeito plural, que inclui o historiador, as vozes do passado e o leitor – a principal função da História passa a ser a de oferecer um caminho para que os homens tomem consciência de sua presença no tempo, e se estabeleça assim um diálogo entre o Passado e o Presente que tem por objeto o vivido (do passado e do presente) e por resultado mais importante a troca de experiências entre estas instâncias. Talvez mais do que em qualquer outra concepção historicista que trouxe a *Compreensão* para o centro do processo de elaboração do conhecimento histórico, o “compreender” torna-se aqui mais complexo, levando a um processo que inclui a “compreensão do outro” e a “autor-reflexão de si mesmo” em um movimento circular que pode se estender indefinidamente entre as mediações do historiador, do leitor, e dos homens que fazem parte do passado vivido e que retornam através das fontes. (BARROS, 2018, p. 64, 65).

Os aprendizados, os ensinamentos, os saberes, os conhecimentos, as inércias e as ações, as interações dialéticas desses anos vividos foram o laboratório onde processo e produto nunca eram os mesmos. Num período marcado pela ausência de liberdade, onde a cultura democrática era desconhecida dos estudantes, as reivindicações brotavam de todos os lados. A realidade mudada precisava de mudanças urgentes, “os velhos de Brasília”, não as queriam, foi aí que veio uma juventude ávida por mudança, e aqui estamos nós.

Como o *Angelus Novus* de Paul Klee estamos empurrados para o futuro, e diante de nós os escombros que se erguem, são apenas pistas das lutas travadas e a certeza de que outras virão. No quadragésimo aniversário, outro estudante de História (Richard Brillhante) está dirigindo o DCE. Não é nenhuma coincidência, é o movimento.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, J. D’Assunção. História e pós-modernidade. Petrópolis – RJ: Vozes, 2018.
D’AVILA FILHO, Paulo M. Prefácio. 2009. In. SADER, E. e SANTOS, T. (Coordenadores). América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
HOBSBAWM, E. Viva la revolución: a era das utopias na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Data de submissão: 23/05/2019

Data de aprovação: 20/06/2019